

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.473 - SP (2019/0013658-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ALEXANDRE JOSÉ DA CRUZ MEDEIROS
AGRAVANTE : AKIO HIRANO
AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS MATEUS
AGRAVANTE : ANTONIO CUENCA
AGRAVANTE : AYRTON CARLOS TURRA
AGRAVANTE : CLAUDIO DE OLIVEIRA ROCCO
AGRAVANTE : FERNANDO GIANOCARO
AGRAVANTE : FRANCISCO MENZYSKI
AGRAVANTE : JOANA BRITO DE ARAUJO
AGRAVANTE : JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOAO VASCONCELOS SOBRINHO
AGRAVANTE : JOSÉ JAUPERY LOPES DA SILVA
AGRAVANTE : MANOEL MESSIAS DE CARVALHO
AGRAVANTE : MARCIA REGINA DE SOUZA LOPES
AGRAVANTE : MARIA CELIA BASILIO PATRICIO
AGRAVANTE : MARIA LUIZA LICIO DA SILVA
AGRAVANTE : MARIA MARLENE DE ASSIS
AGRAVANTE : MARIA SOARES CARNEIRO
AGRAVANTE : MAURÍCIO DE ALMEIDA PINTO
AGRAVANTE : NADIR FALCONE DIAN
AGRAVANTE : NEIDE BRAGHETTO
AGRAVANTE : OSORIO CORREA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : PATRICIA PATRICIO
AGRAVANTE : PAULINO FERREIRA
AGRAVANTE : PAULO ALVES PEIXOTO
AGRAVANTE : PAULO PEREZ MOLINA
AGRAVANTE : SERGIO ALVES PINTO
AGRAVANTE : SHIRLEY LICIO DA SILVA
AGRAVANTE : ZACARIAS GOMES BARROZO
ADVOGADOS : RUBENS FERREIRA E OUTRO(S) - SP058774
VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA - SP154344
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : BRUNA HELENA ALVAREZ DE FARIA E OLIVEIRA E
OUTRO(S) - SP259681

EMENTA

PROCESSUAL CIVL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚM. N. 282/STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/2015. ROL DE TAXATIVIDADE MITIGADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Alexandre José da Cruz Medeiros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 214):

Processual Civil - Agravo interno - Insurgência contra decisão monocrática que não conheceu do agravo de instrumento interposto, por manifestamente inadmissível - Hipótese de declinação de competência que não comporta recurso por agravo de instrumento diante da nova sistemática processual - Rol taxativo do artigo 1.015 do atual Código de Processo Civil - Entendimento mantido - Recurso desprovido.

Nas razões do especial, o recorrente sustenta violação do art. 1.015 do CPC/2015, pois o agravo interno manejado deve ser conhecido e analisado, pois se refere à matéria importante para o processamento da lide, qual seja: definição de competência. Defende violação do art. 2º, § 2º, da LC n. 12.153/2009 e do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.

Não foram apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o provimento do especial depende de exame probatório dos autos.

Nas razões do agravo, o recorrente alega que o provimento de suas teses não dependem de exame probatório dos autos.

Ofertada contraminuta às e-STJ fls. 238/263.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão merece parcial acolhida.

A leitura atenta do acórdão combatido revela que os art. 2º, § 2º, da LC n. 12.153/2009 e do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 não foram objeto de debate pela instância ordinária e não houve oposição de embargos de declaração, o que atrai a aplicação da Súm. n. 282/STF, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto por ausência de questionamento.

O Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento por inadequação ao salientar que a hipótese dos autos não se encontra no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015.

De fato, o recorrente possui interesse no conhecimento do agravo de instrumento. Ainda mais quando a Corte Especial do STJ, recentemente, declarou que o rol previsto no art. 1.015 do CPC/2015 é taxativo, mas de forma mitigada. Assim, é possível a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. Confira-se:

**RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO**

ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art.

1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de

instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1704520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018)

Logo, o recurso especial deve ser provido apenas para determinar a remessa dos autos à origem para exame do conhecimento e, eventualmente, de mérito do agravo de instrumento, tendo em vista que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 é de taxatividade mitigada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Relator

